

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO CONTESTADO, CENTRO-OESTE DE SANTA CATARINA, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nilson Thomé

Introdução

Ao iniciar o século XXI, os governos dos Estados de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul tomaram iniciativas de fomentar o ensino das línguas alemã e italiana nas escolas públicas, ampliando o leque de oferta de línguas estrangeiras, até então restritas praticamente ao inglês e, com raras exceções, ao espanhol e ao francês. A medida, comum nos três Estados, objetivou apoiar o desenvolvimento econômico, com o incremento recente das relações comerciais do Brasil com a Alemanha e a Itália. Em Santa Catarina, a medida teve ampla repercussão, com o incentivo à criação de escolas livres de ensino de línguas e na Educação Superior e, com as instituições ofertando as habilitações em línguas alemã e italiana nos cursos de graduação de Letras.

O incentivo à oferta do ensino de linguagens estrangeiras a contar do ano 2000, deve-se aos efeitos dos investimentos de conglomerados empresariais europeus no Brasil e da maior abertura do mercado europeu aos produtos brasileiros, ou seja, é fruto da globalização, que revelou a necessidade do uso destas línguas no cotidiano das empresas produtoras, importadoras e exportadoras, para incrementar as relações internacionais.

A iniciativa constitui um marcante fenômeno educacional, de contraste com o passado, pois, no final da primeira metade do século XX – notadamente no período entre 1938 e 1945 – tais línguas estrangeiras européias foram proibidas no Sul do Brasil, principalmente a alemã, quando da execução do plano nacional-populista do Governo Vargas, que desenvolveu a “Campanha de Nacionalização”, alcançando diretamente as comunidades alemãs e teuto-brasileiras, italianas e ítalo-brasileiras nos Estados sulistas, com a repressão ao uso das línguas estrangeiras nas escolas, especialmente a germânica.

(...) dos 5 milhões de imigrantes que deixaram a Alemanha entre 1824 e 1939, apenas 7% vieram para o Brasil, de modo que até o início da Segunda Guerra Mundial, há o registro da entrada de cerca de 300 mil falantes de alemão no país. Somando-se seus descendentes, considera-se que até 1935

havia um total aproximado de 1,2 milhão desses falantes no país. Os falantes de alemão organizavam-se em pequenos grupos, onde mantinham seus dialetos locais. (...). Falantes de italiano migraram da Europa para a América principalmente durante o grande fluxo, em número aproximado de 57 milhões de indivíduos. Os registros de imigração disponíveis, a maior parte deles encontrando-se apenas no estado de São Paulo, indicam que entraram no Brasil 1.401.335 imigrantes italianos (...). Por outro lado, o italiano, assim como outras línguas estrangeiras, como o alemão, foram pontualmente interditas durante as guerras mundiais e durante o Estado Novo (1937-1945), no contexto nacionalista próprio à década de 1930 (BOLOGNINI et PAYER, 2005).

Se muito representativo era o número de famílias de origem alemã instaladas em Santa Catarina há pouco mais de 50 anos, seria de se supor que milhares de catarinenses, seus descendentes, hoje, falassem a língua alemã corriqueiramente, mas, isso não é observado, a olhos vistos¹. A não transmissão da linguagem-mãe, dos imigrantes aos seus filhos, educados no Brasil, foi provocada por um fenômeno – da “nacionalização” – que atingiu com ímpeto o seio das famílias, a partir daí proibidas de manifestar-se nesta língua, e as escolas primárias, onde aulas eram ministradas em língua alemã.

Interessa muito à geração atual saber as razões da repressão à utilização das línguas estrangeiras mencionadas, durante o Estado Novo, uma vez que, não tivesse isso acontecido naquele tempo, possivelmente viveríamos outra realidade nas relações internacionais atuais. Os fenômenos associados de Imigração-Colonização-Nacionalização, no Rio Grande do Sul, vêm sendo estudados há mais tempo. Só recentemente, em Santa Catarina, o fato histórico começou a ser pesquisado com maior profundidade, porém, com os estudos acadêmicos concentrados mais nas colônias germânicas conhecidas da Serra-Abaixo, como as de Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul, ignorando-se a presença alemã e a ocorrência do mesmo fenômeno no interior do Estado, na Serra-Acima. O presente estudo trata deste tema, historicamente conhecido como “nacionalização do ensino”, para possibilitar a compreensão do acontecimento também na Região do Contestado, fato até aqui praticamente ignorado na História

¹ Segundo informações extra-oficiais da formação étnica da população de Santa Catarina, hoje, dos 5,8 milhões de catarinenses, 34% descendem de italianos, 29% de alemães, 14% de açorianos (Portugal), 9% de poloneses e 1% de austríacos (In: **Quem Somos. A Notícia**, Joinville, 24 janeiro 2006, p. 16), acrescentando-se 13% de outras etnias, como japoneses, ucranianos, africanos, espanhóis, franceses, etc.

Regional da Educação, inserindo-o no contexto dos estudos históricos educacionais catarinenses.

Panorama Regional

No Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, ao Leste do Rio do Peixe e entre os rios Iguaçu e Uruguai, localiza-se a “Região do Contestado” que, entre 1913 e 1916, foi cenário da Guerra do Contestado. Ela faz parte de área maior, que antigamente se estendia ao Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina, constituindo o “Território Contestado”, assim conhecido até 1917, quando da solução final dada à questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

No final do século XIX e nos primeiros anos do Século XX, o Paraná, emancipado de São Paulo em 1853, administrou e promoveu a ocupação das terras ao Norte e a Oeste do Rio do Peixe, pelos seus municípios de Rio Negro, Porto União da Vitória, Palmas, Itaiópolis e Três Barras, enquanto que, por sua vez, Santa Catarina ocupou a área até a margem esquerda do Rio do Peixe pelos municípios de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas. Neste tempo, começaram a chegar ao Setor Setentrional do Contestado, na área administrada pelo Paraná, as primeiras levas de imigrantes, resultado dos planos paranaenses de colonização, compostas principalmente de alemães, russos, poloneses, ucranianos e alguns italianos, austríacos e suíços.

Até a abertura da estrada-de-ferro no Vale do Rio do Peixe, em 1910, a região teve vagaroso ritmo de desenvolvimento. Pela falta de contato, o povo – caboclo luso-brasileiro, na maioria – vivia solitário, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. Suas principais atividades econômicas resumiam-se em extração da erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos e, produção de derivados da pecuária. Foi neste cenário que ocorreu a Guerra do Contestado, o fato mais genuíno e marcante da história regional, que eclodiu pela junção de motivações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Integrante da Região Sul, a exemplo do que houve no Rio Grande do Sul e na Serra-Abaixo de Santa Catarina, o Paraná também sofreu os problemas criados pelo Império e, depois, pela Primeira República, na má condução da política nacional de

imigração e colonização. Em relação ao Território Contestado, ao contrário das autoridades palacianas da Ilha de Santa Catarina, que reclamavam direitos sobre a área, mas nada faziam para ocupá-la efetivamente e integrá-la à comunidade catarinense, o Governo do Paraná entendia que, estando as terras sob sua administração, deveriam ser a ele integradas de forma concreta, não só e necessariamente no sentido de “ocupação” por paranaenses, mas também, de “colonização” por milhares de famílias européias que emigravam para o Brasil, em busca de novas terras. Foi neste contexto que, seguindo os planos nacionais, o Paraná, desde enquanto Província e, em seguida, como Estado, sempre se manteve aberto aos imigrantes, oferecendo-lhes terrenos no Planalto. Assim, durante o Século XIX, as questionadas fronteiras pelos rios Negro e Iguazu não foram impedimento para que o Paraná se interessasse em introduzir os imigrantes sertão a dentro.

Terminada a Guerra do Contestado, já em 1917, depois da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), os catarinenses incorporaram a área do Território Contestado havida do Paraná e nela criaram os municípios de Mafra (ao sul de Rio Negro-PR) e de Porto União (ao sul de União da Vitória-PR) no interior do Contestado, de Cruzeiro (depois Joaçaba) no Meio-Oeste e à direita do Rio do Peixe e, de Chapecó, no Extremo-Oeste (ao sul de Palmas-PR), fazendo fronteira com a Argentina. Com o domínio das terras novas, o Governo Catarinense passou a incentivar planos de colonização, em parceria com a iniciativa privada, promovendo a vinda de maiores levas de imigrantes. A partir de 1918, a Cia. Estrada de Ferro começou a transferir a empresários colonizadores, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, as terras que recebeu da União por conta da construção da ferrovia, parte delas demarcadas no Planalto Norte e ao longo das margens do Rio do Peixe.

O afluxo de imigração para as colônias do Vale do Rio do Peixe cresceu muito, a maioria com imigrantes europeus e descendentes de imigrantes egressos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, do Sul do Paraná e do Sul e Norte/Nordeste de Santa Catarina. Foram estas levas humanas que desbravaram as florestas e começaram a gerar riquezas. Ao longo das diversas linhas (travessões ou caminhos rurais) construíram capelas e abriram escolas primárias. Além da exploração da erva-mate e das madeiras de pinho e de lei, implantaram culturas agrícolas e, na pecuária, desenvolveram a suinocultura. Em seguida, ergueram os primeiros moinhos, motivando também a cultura

do trigo. Elas se estabeleceram com coragem e determinação, fazendo surgir pequenos lugarejos, com selarias, alfaiatarias, oficinas de consertos e fabricação de ferramentas, hospedarias e hotéis, casas de comércio, serrarias e novos moinhos.

Com relação à implantação do ensino na Região do Contestado, observamos que, durante o Império verificou-se a dominação da educação escolar e da alfabetização pelas oligarquias catarinenses e paranaenses, fenômeno que se estendeu pela República Velha, sendo algumas das suas características: a manutenção de pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico; nenhum indício de intenção de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial, como era a vocação regional na época; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escolas e de professores com pouco ou nenhum critério técnico e seguindo indicações políticas; e manutenção proposital da população adulta no analfabetismo absoluto.

Os estabelecimentos públicos de ensino das zonas coloniais, quando existiam, eram insuficientes para toda a população escolar. Além disso, os imigrantes não apreciavam matricular seus filhos nessas escolas, seja por preferirem que suas crianças fossem escolarizadas no idioma dos antepassados, seja por terem – os imigrantes e os alunos – dificuldades de comunicação verbal com os mestres de escolas públicas, que falavam apenas o português (FIORI, 1975, p. 117).

O descaso do poder público para com a educação no Centro-Oeste Catarinense era evidente. A lacuna – falta de escolas – foi preenchida, durante todos este tempo, pelos estabelecimentos particulares, na maioria deles ligados a congregações religiosas, mantidos com apoio das comunidades que surgiam na medida em que avançava a colonização e, onde não havia pastores, padres ou freiras, o ensino ficava por conta de professores arrematados dentre os próprios imigrantes.

Alemães e teuto-brasileiros no Contestado

Desde há alguns anos antes do Acordo de Limites PR-SC, dezenas de famílias de origem alemã já habitavam terras da região ao sul dos rios Negro e Iguaçu. Dentro dos planos da Província de São Paulo, de povoar o sul do seu território, alcançando as terras contestadas com Santa Catarina, no dia 6 de fevereiro de 1829 foi instalado o primeiro núcleo de colonização germânica catarinense, no hoje Município de Mafra, em

área à época de Rio Negro. Neste Planalto Norte, encontramos registros de muitas famílias germânicas pioneiras, chegadas desde então, diretamente da Europa, como também outras, vindas depois, originárias de outras colônias alemãs, tanto do Paraná como de várias partes do Brasil.

Entre 1877 e 1888, chegaram a Rio Negro/Mafra famílias bucovinas, originárias da Baviera e do Böhmerwald. Em 1881, estabeleceram-se em União da Vitória as primeiras famílias de imigrantes alemães incentivadas pelo Governo do Paraná. Nos vales do Iguaçu e do Timbó, na parte da Região do Contestado que seria anexada a Santa Catarina, instalaram-se dezenas de famílias entre 1881 e 1885. Depois de 1910, encontramos em comunidades da área rural do hoje Município de Porto União os registros da chegada de mais famílias alemãs, atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado Ramal de São Francisco e da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG no Vale do Rio do Peixe.

As primeiras famílias germânicas a se estabelecer na parte central da Região do Contestado a partir de 1870, vieram diretamente da Alemanha, algumas delas tendo, antes, se fixado em terras de Rio Negro (PR) e em outras colônias alemãs do Sul do Paraná, que se instalaram nos campos de São João (Matos Costa), São João de Cima (Calmon) e Perdiz Grande (Lebon Régis), mais outras famílias que se estabeleceram na Serra do Espigão e Campos do Corisco (Santa Cecília) a partir de 1885 e, também, em Campos Novos, todas tidas como latifundiárias, em fazendas de criação e lavoura.

Ainda em 1911, ao Sul do eixo Porto União-Mafra, agora no Alto Vale do Rio do Peixe, a EFSPRG fez uma das primeiras tentativas de colonização das terras marginais aos trilhos, com a instalação dos pioneiros núcleos de famílias alemãs imigrantes, na Estação de Rio das Antas e na Colônia Rio do Peixe (hoje Piratuba). O plano de colonização foi interrompido em 1914 por causa da Guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918.

Logo após a Guerra do Contestado, surgiu a Colônia Bom Retiro, no Baixo Vale do Rio do Peixe, onde está localizada a cidade de Luzerna. Estendendo-se até por volta de 1930, encontramos nas comunidades de Maratá, São Miguel da Serra, Bom Sucesso, Santa Cruz, Pintado e Pintadinho, na área rural do hoje Município de Porto União, os

registros das chegadas de dezenas de famílias alemãs, também atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado Ramal de São Francisco e da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Finda a I Guerra Mundial, chegaram mais famílias à Colônia Rio Preto (depois Princesa Isabel e atualmente Ipoméia, bem próxima à Colônia Rio das Antas). Depois de 1918 e, com mais intensidade antes da II Guerra Mundial, a Colônia Marechal Hindemburgo (atual Vila Dez de Novembro, no Município de Fraiburgo), a Colônia XV de Novembro e a Colônia Rio das Pedras (hoje Município de Videira) receberam alemães e teuto-brasileiros. A partir de 1918, nas maiores áreas no Alto Vale do Rio do Peixe, foram constituídas mais colônias mistas, em Ibicaré, Rio Caçador, Rio das Antas, Rio Preto, Caçador (Santelmo), Rio das Pedras, XV de Novembro e, com tiroleses austríacos, a de Treze Tílias, originando, assim, um segundo grupo de comunidades teuto-brasileiras na região, que se consolidaram até o final da década de 1950, quando praticamente cessou o fluxo migratório colonizador.

Italianos e ítalo-brasileiros no Contestado

A imigração italiana para Santa Catarina começou, de forma organizada, com registros para a História, a partir do contrato do Império com o Comendador Caetano Pinto, em 1874, destinando colonos para as regiões do Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim, Vale do Tijucas e Sul do Estado. Estas iniciativas, assim, foram oficiais, tuteladas pelo Estado, ainda este que não estava devidamente preparado para receber os imigrantes.

As primeiras notícias de italianos na Região do Contestado estão vinculadas à História do Paraná, sabendo-se da chegada, em 1882, de três imigrantes, para a montagem do vapor “Cruzeiro”, lançado para a navegação no Rio Iguaçu. A imigração italiana começou a afluir só em 1875 no país, “atraída pelo governo imperial a quem pareceu sábia a decisão de misturar o elemento latino ao germânico, que prevalecia em todo o Sul do Brasil e que, desde então, começava a ser argumento de alguma inquietação” (DALL’ALBA, 1983, p. 105). Anos depois, em 1897, o engenheiro João Teixeira Soares, ele que seria um dos empreendedores pioneiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, proprietário da Fazenda Vila Zulmira, em União da Vitória, trouxe vários imigrantes para este município, entre eles as primeiras nove famílias

italianas. A partir daí, incentivou-se a imigração de italianos e chegaram dezenas de famílias para desenvolverem atividades econômicas produtivas, distribuídas entre a cidade e o meio rural, também em áreas do hoje município catarinense de Porto União, espalhando-se pelo Planalto Norte.

Até o tempo da Guerra do Contestado (1913-1916), um mínimo de esparsos italianos fixou-se em cidades de outras áreas do Contestado. Encerrado o conflito regional e após a criação dos novos municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra, teve início o plano de colonização das terras, que atraiu milhares de descendentes de imigrantes italianos das colônias velhas e mesmo das colônias novas do Rio Grande do Sul. Paralela e, simultaneamente ao fluxo de alemães e teuto-brasileiros, as levas de italianos e ítalo-brasileiros, atravessaram o Rio Uruguai e se dispersaram pelo antigo Território Contestado.

No Contestado, a imigração italiana foi marcada pela integração e convivência dos imigrantes (colonos) com a população considerada nativa (caboclos). Não se constituíram núcleos fechados, como ocorreu em outras partes do País e até mesmo no Paraná e em Santa Catarina. Na maior parte, os projetos colonizadores envolvendo os italianos e seus descendentes foram efetivados em colônias mistas, o que não permitiu o avanço da *Italianità*² no Contestado naquele momento.

Para "evitar" os erros do passado, os imigrantes não deviam formar comunidades homogêneas, e a expressão "colônia mista" tornou-se denotativa da eficácia do processo de assimilação. Nesse caso, as novas áreas de colonização abertas no sul, principalmente no planalto catarinense e paranaense, deviam receber imigrantes de diferentes procedências, e também colonos nacionais, evitando a formação dos chamados "quistos étnicos" (SEYFERTH, 2005).

Poloneses e Ucranianos no Contestado

² Entende-se a *italianità* como sendo um movimento de defesa e de conservação do complexo social, cultural, econômico e político da sociedade colonial italiana, além de ser uma tentativa de manter laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem (Cf. AZEVEDO, 1975, p. 233).

Depois da introdução dos alemães, em 1829, uma das mais importantes correntes imigratórias dirigidas para o Sul Paranaense, mais especificamente para a Bacia do Iguaçu, foi a formada, conjuntamente, por dois povos da Europa Oriental que vieram, inicialmente, sob diferentes rótulos: os poloneses, que eram “carimbados” como imigrantes austríacos, russos ou alemães e, os ucranianos que aqui entravam como se fossem poloneses ou russos. Este fenômeno, da não identificação da etnicidade dos poloneses e dos ucranianos, ocorreu por que, quando do processo imigratório, a Polônia e a Ucrânia não existiam como nações independentes.

O Paraná, depois de receber, em 1871, a primeira leva de 164 imigrantes poloneses que, originalmente, havia sido destinada para se instalar em Brusque (SC), recebeu 28 mil entre 1890 e 1896 e, mais 27 mil, entre 1907 e 1914, muitos deles sendo destinados ao Sul do Estado, onde constituíram as colônias de Orleans, Irati, União da Vitória, Santa Cândida, Araucária e outras.

No Município de Rio Negro, em terras reclamadas por Santa Catarina, os poloneses foram instalados na Colônia Lucena (hoje Município de Itaiópolis), Dali, à medida em que passaram os anos, seus descendentes vieram a ocupar terrenos no Lajeado (hoje Município de Monte Castelo), em Três Barras, em Papanduva, na Colônia Vieira (hoje Município de Major Vieira), em Canoinhas, em Valões (hoje Irineópolis) e em Porto União, enfim, em diversos pontos do lado esquerdo dos rios Negro e Iguaçu, da mesma forma como, no outro lado destes rios e, principalmente, no Vale do Alto Iguaçu, sempre sob domínio paranaense, multiplicavam-se as colônias polonesas.

Calcula-se que entraram no Paraná, a partir de 1891, cerca de 35 mil ucranianos, que foram instalados em colônias. A difícil identificação é gerada em parte devido à pouca clareza dos passaportes, tendo sido considerados polacos, russos ou austríacos. Como seu local de origem estivesse sob domínio de outra nação, os documentos expedidos levavam o timbre da nação responsável. Os colonos eslavos do Vale do Iguaçu, na maioria procedentes da região da Galícia, eram classificados como sendo polacos, austríacos ou polaco-russos.

As comunidades rurais de Jangada do Sul, Nova Galícia, São Miguel, Achilles Stenghel e Santa Maria, atualmente localizadas em território de Porto União, foram as primeiras bases dos ucranianos em Santa Catarina. Destes núcleos, bem como dos poloneses, saíram diversas pessoas que participaram da Guerra do Contestado, tanto como aliados dos rebeldes, como integrantes dos piquetes civis formados para combatê-los. Estes eslavos – poloneses e ucranianos – eram originários, também, da margem direita do Rio Iguazu, onde suas colônias situavam-se intercaladas às fazendas dos “coronéis”.

Ao imigrarem para o Paraná, devido às afinidades existentes, os ucranianos localizaram-se nas mesmas colônias dos poloneses, entretanto, mantiveram as distinções mais nítidas quanto à língua, culto religioso e convivência em sociedade. A língua ucraniana é intermediária entre as línguas eslavas. Morfologicamente assemelha-se ao russo e foneticamente ao servo-croata e, quanto aos significados, tem muito em comum com o polonês. Enquanto a Polônia recebeu a religião católica de Roma, a Ucrânia adotou o catolicismo oriental de Constantinopla, o ortodoxo, devido à influência da cultura bizantina. Assim, a Igreja Ucraniana apresenta o rito católico-ucraniano, diferente do rito católico-latino dos poloneses.

Educação, Linguagem e Nacionalismo

Na década de 1930, voltou à tona um tema que era debatido desde o século anterior e que fora muito comentado durante a I Guerra Mundial. Acentuavam-se novamente rumores sobre a existência de intenções políticas-militares alemãs no sul do Brasil, destacando-se o papel que os “teutos” residentes na área deveriam exercer neste empreendimento (Cf. GERTZ, 1987, p. 74).

As primeiras manifestações pró-hitlerismo no Sul do Brasil apareceram em 1929, iniciando uma campanha de infiltração por parte dos adeptos do líder alemão nas zonas de colonização germânica, a qual recrudescer depois de 1933. A tática usada nesta infiltração foi o envolvimento de todas as antigas sociedades germânicas, reunindo os alemães e os descendentes teutos, mesmo os que já se consideravam também brasileiros, visto que entendiam poder conciliar perfeitamente a dicotomia de ser alemão

e ser brasileiro, desde que não deixando de lado as tradições e a cultura herdada dos antepassados – *a deutschum*³ – e trazidas para o Brasil.

A busca das origens, a negação do estrangeiro e a idéia de que o “sentimento nacional” é o mecanismo que une a nação, mais do que a própria idéia de pátria geográfica, são, enfim, os critérios mais comuns de definição. Daí a importância dada ao sangue (ou raça) e à língua como elementos fundamentais da nacionalidade. Não é à toa que, na língua alemã, um único termo – Volk – signifique simultaneamente nação, etnia e povo. (...) O elo que liga um povo (ou nação) é o que os alemães chamam de *Volksgemeinschaft* e *Deutschum*, o que quer dizer uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua comuns – a consciência nacional alemã (SEYFERTH, 1981, p. 9).

À vista da proposta “varguista” de se “abrasileirar” a República e de se incrementar uma consciência nacional, em 1938 o Estado Novo entrou em choque com o projeto alemão e o seu nacionalismo. Tomou força o imperativo do Estado Novo de formação de uma “raça homogênea” e de um “povo integral”, da proteção do homem brasileiro visando o progresso material e moral do país. Por conta desta proposta, o governo de Vargas elaborou uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria, através da educação e do controle da imigração. Outra medida foi um projeto contra a entrada de estrangeiros em prol do “abrasileiramento” dos núcleos de colonização. Por isso, o Estado Novo implementou leis que proibiam aos estrangeiros várias atividades econômicas e políticas.

Em a 5ª *Coluna no Brasil*, o Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py, do Rio Grande do Sul, explica que desenvolveu a nacionalização-brasileira em seu Estado, também em contra-posição direta à nacionalização-alemã proposta pelo nazismo e transcreve as palavras de Adolf Hitler, em “*Minha Luta*”, como consta:

“O problema da nacionalização de um povo deve começar pela criação de condições sociais sadias, como fundamento de uma possibilidade de educação do indivíduo. Somente quem, pela educação e pela escola, aprende a conhecer as grandezas culturais, econômicas e, sobretudo, políticas da própria pátria, pode adquirir e adquirirá, certamente, aquele orgulho íntimo de pertencer a um tal povo. Só se pode lutar

³ “A colônia de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil eram reconhecidos como teuto-brasileiros e parte desta colônia identificava-se com a noção de *Deutschum* (germanidade), ou seja, preservação da língua, raça e cultura alemães” (COHEN, p. 54).

pelo que se ama, só se pode amar o que se respeita e respeitar o que pelo menos se conhece” (HITLER, 1925. Apud PY, 1942, p. 259).

Antes do sepultamento da República Velha, portanto, ainda antes do Estado Novo, já existia a preocupação pela “nacionalização” dos imigrantes. Dizia Aggeô Pereira do Amaral:

Habitada por brasileiros de todos os estados e por estrangeiros de quase todos os países, zonas há em que a escola precisa radicar a população dos diferentes núcleos, despertar-lhe o amor ao trabalho agrícola e, principalmente, arrebanhar a criançada para a sombra do pavilhão brasileiro, ao som de hinos cantados em nosso idioma, ao sabor de fatos históricos de nossa pátria, fazendo sentir às crianças, filhas de estrangeiros, o dever de amor e dedicação ao solo brasileiro, a esta pátria que é a sua, apesar de não ser a de seus progenitores (AMARAL, 1932, p. 57).

Luiz Bezerra Neto, quando ainda em sua pesquisa para doutoramento em educação na UNICAMP, na parte em que trata do ruralismo e a defesa do nacionalismo, salienta que a *desnacionalização* verificava-se no Brasil desde anos antes da Revolução de 1930, ao mencionar obras de Sud Menucci, de 1930, 1932 e 1934. Conforme Menucci, a nacionalização do território brasileiro se daria pelo ensino, principalmente pelo ensino público, que ainda não estava corrompido pelos vícios da desnacionalização, tal qual o ensino praticado nas escolas particulares, mantidos pelos imigrantes, que como conseqüência, mantinham suas línguas de origem. Outro problema destacado por Menucci, era a falta de controle sobre as escolas particulares, que reinavam autônomas na nação brasileira, sem uma lei geral que as regulamentassem e sem uma fiscalização eficiente que desse conta do enquadramento dessas escolas, como ocorria com as escolas públicas (Cf. BEZERRA, 2002). A desnacionalização verificava-se pelo uso das línguas estrangeiras, incorporadas pelos imigrantes que, pelos mais variados motivos, se recusavam a falar o português. Para Menucci (1932), que teve experiência na nacionalização do ensino em São Paulo, depois da I Guerra Mundial,

foi um trabalho exaustivo exigir que todos os professores e diretores de escolas particulares soubessem falar corretamente o português; que nenhuma criança brasileira fosse alfabetizada em língua estranha; que nenhum professor de jardim de infância, de geografia, de história pátria, de língua materna deixasse de ser brasileiro; que todos os livros, cadernos, mapas murais, mapas e material de ensino fossem

redigidos em português, bem como toda a escrituração do estabelecimento e o próprio nome da casa; fiscalizar a adoção de livros didáticos, tanto em vernáculo, como em língua estrangeira, para evitar continuassem os nossos conterrâneos a ler insultos contra o nosso país; fazer respeitar rigorosamente os dispositivos que proíbem os castigos físicos, as más instalações dos prédios e o acúmulo de crianças nas salas, tudo isso foi uma tarefa superior ao trabalho normal dos onze anos da delegacia (Apud BEZERRA, 2002, p. 41).

Além das limitações à língua estrangeira e às restrições nas escolas, não foram poupados métodos repressivos violentos, sendo que inúmeras foram as queixas e perseguições aos alemães, de interceptação de correspondência particular, de jornais, revistas, programas de rádio e, ainda, perseguição e molestamento às pessoas que tinham por hábito o uso da língua alemã.

No caso específico da nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira, e era o grupo alemão o que mais se prestava à essa estigmatização, pela proximidade, sempre a ele associada, com o nazismo. Mas a agressividade contra os alemães parece ter sido mais reforçada com o argumento da infiltração nazista do que propriamente inspirada e fundamentada nessa infiltração; de fato, a natureza uniformizadora do projeto do governo era anterior à penetração da ideologia nazista no sul do Brasil (SCHWARTZMAN et alli, 1984).

Era o brasileiro que rejeitava o imigrante e não o estrangeiro que, ao se recusar a aprender a língua portuguesa, não aceitava vir a ser brasileiro. A nacionalização dos cidadãos brasileiros passaria necessariamente pela nacionalização das escolas, através de professores capazes de se ambientarem nos meios estrangeiros e transformarem suas mentalidades (RODRIGUES, 1937, p. 8). Não se atribuía ao Estado, mas ao professor, a tarefa da nacionalização das escolas estrangeiras, como se esse pudesse livremente deliberar sobre as relações produzidas no interior do sistema educacional.

A língua, constituía-se num dos pilares da defesa do estrangeirismo, na medida em que “a língua é o expoente excelso das nacionalidades! Os estrangeiros sentem melhor essa verdade. Cerram-se em um círculo onde a palavra, que é a sua, não é entendida por nós” (op. cit., p. 9). Entretanto, não atenta para o fato de que não se transformam os interesses de uma nação ou se executa a implantação de uma língua apenas pela vontade dos professores, mas por leis que se façam cumprir e por um sério

trabalho de educação e formação, mormente nos ambientes extra-escolares como igrejas, clubes e meios de comunicação de massa. Com o estabelecimento e permanência das escolas estrangeiras, acreditava que “enquanto o Brasil se abre festivo, agasalhando os elementos que, em busca do seu bem-estar, cooperam para que possamos crescer e progredir, eles continuam fiéis à pátria longínqua”, (op. cit., p. 84), dificultando sua integração à nação que os acolheu e que lhes sustenta e sempre prontos a defender os interesses de sua antiga pátria.

Quanto às escolas primárias italianas, temos que elas eram apontadas pela diplomacia italiana como meios de ligação dos imigrantes com a pátria-mãe, devido ao ensino em língua italiana. Claricia Otto entende que “cultivar o amor à pátria de origem não significava não se integrar à cultura brasileira e, particularmente, à língua. A necessidade de vencer, de *far la Mèrica*, passava também e, principalmente, pelo conhecimento da língua da nova pátria” (OTTO, 2003, p. 137).

Dentre as redes escolares, verifica-se que as escolas ou aulas particulares organizadas pelos próprios colonos não tinham objetivos políticos de manter o culto à Itália. Nessa primeira fase de existência elas não foram focos para o cultivo da *italianità*, mas podem ter contribuído para a coesão grupal, já que a língua é uma das formas de identificação cultural. Os imigrantes italianos não tinham senão o domínio da língua trazida da Itália. Esse aprendizado se fazia em italiano ou dialeto falado por eles e era parte de sua estrutura mental e cultural. A opção por essa forma de aprender nesse primeiro estágio da organização escolar foi decorrência da falta de escolas públicas ou de qualquer outro tipo de escola (Op. cit.).

Ao estudar a memória histórico-discursiva produzida a partir do lugar do sujeito imigrante tornado brasileiro, incluindo aí a memória da sua língua, pensando essas memórias na relação entre as línguas dos imigrantes e a língua nacional, e entre as formulações da experiência de imigração e a discursividade nacional brasileira, Onice Payer entende que houve um silenciamento ou apagamento das línguas dos imigrantes no Brasil, e que há traços da língua, presentes no Português, indicando sinais de sobrevivência da língua apagada. Esse apagamento é entendido pelo avesso, já que não se pode dizer que houvesse uma intenção do Estado em impedir que os imigrantes falassem suas línguas. Tratava-se de levá-los a falar a língua nacional do Brasil e a os tornar sujeitos de nacionalidade brasileira (Cf. PAYER, 1999).

Esta leitura pelo avesso encontra vestígios significativos já nas primeiras tentativas de nacionalização dos imigrantes propostas no início do século. Mas o acontecimento histórico-lingüístico mais importante para o silenciamento das línguas dos imigrantes foi a sua interdição oficial durante o Estado Novo, a partir de 1937, através de instrumentos jurídicos (Constituição de 1937, decretos-leis estaduais, portarias, inspeções, etc.). O objetivo enunciado pelo Estado, ao lado do fortalecimento do Estado Nacional – bandeira política de Vargas – era o de inibir a manifestação dos imigrantes italianos e alemães no contexto da segunda guerra mundial (Op. cit.).

O Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 buscou acautelar as tradições de soberania e de povo livre do Brasil. Por ato do Governo da República de 18 de abril de 1938, foi vedado aos estrangeiros participar de atividades políticas no Brasil. Em setembro de 1938, aconteceu a retirada provisória dos respectivos embaixadores e, meses depois, verificou-se o rompimento completo das relações e decretação do estado de guerra ao Eixo por parte do Brasil.

Em 1938, o Estado-maior do Exército alertava o Governo Federal sobre a necessidade de ampliar as medidas de nacionalização do ensino, até então restritas às escolas da zona rural. Era uma decisão que implicava em novos recursos, uma vez que o fechamento de escolas particulares deveria ser compensado com a abertura de escolas oficiais.

A 11 de junho de 1940, diante dos sucessos conseguidos por Hitler na Europa, Getúlio Vargas pronunciou um discurso, quando manifestou sua adesão ao nazi-fascismo. Menos de dois anos depois, pouco antes de o Brasil declarar guerra à Alemanha, a 9 de abril de 1942, foi “decretada a reforma de ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo o transplante da ideologia nazi-fascista já agora na organização escolar brasileira” (RIBEIRO, 2001, p. 131). A “Reforma Capanema” foi a tentativa governamental de inserir no ensino secundário este mecanismo, fundamentado numa ideologia política definida com conotações de patriotismo e nacionalismo, de caráter fascista, como menciona Otaíza Romanelli:

Queremos referir-nos à presença do dispositivo que instituía a educação militar para os alunos do sexo masculino *nos estabelecimentos de ensino secundário*, com diretrizes

pedagógicas fixadas pelo Ministério da Guerra (art. 20). Este dispositivo, reforçado pelo disposto nos artigos 22, 23 e 24, relativos à Educação Moral e Cívica, serviu de base à afirmação de que o Governo estava organizando a educação segundo o modelo de ideologia fascista. A lei chegou até a fazer alusão à existência de uma Juventude Brasileira, à semelhança das Juventudes Nazista e Fascista existentes então na Alemanha e Itália (ROMANELLI, 1978, p. 159).

A repressão política se tornou brutal e generalizada em 1942. A campanha de nacionalização exigiu que os imigrantes assumissem a brasilidade e assim acabou contrapondo duas visões de mundo e gerando um novo conjunto de valores. “A proibição da utilização escrita e oral dos idiomas europeus teve um significado ideológico profundo para as populações de origem alemã, significou uma interferência na sua cultura, na sua própria personalidade” (PAYER, op. cit.).

Nacionalização em Santa Catarina - 1

Preliminarmente, precisamos considerar o período de 1904 (quando da criação da Associação Escolar para Santa Catarina) a 1917 (quando do ingresso no Brasil na Primeira Guerra Mundial, contra os alemães), tido como o tempo de maior intensidade do desenvolvimento das colônias alemãs e, conseqüentemente, das escolas alemãs no Estado.

A entrada do Brasil na guerra em outubro de 1917 resultou no fechamento generalizado das escolas teutas, tanto particulares como comunitárias. Isso significou, argumenta Soething, que em torno de 6.000 crianças ficaram sem ensino, visto que as escolas públicas não tinham condição de atender essa demanda (SOETHTING, Apud KLUG, 2003, p. 151).

Por ocasião da I Guerra Mundial, em 1917, com a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha, o Ministério do Interior havia determinando o imediato fechamento de duzentas escolas particulares catarinenses, na maioria teuto-brasileiras, nas quais não se ministrava a Língua Portuguesa. Em 1918, apenas 72 dessas escolas foram reabertas, empregando professores brasileiros. Entretanto, nem o fechamento de algumas escolas alemãs e italianas na Primeira Guerra Mundial, por causa da propalada desnacionalização, nem o Decreto de nº 1.063, de 8 de novembro de 1917, do governador Felipe Schmidt, determinando que as aulas em Santa Catarina deveriam ser ministradas em língua portuguesa, eliminaram definitivamente as escolas particulares,

as paroquiais e as subvencionadas pelos governos da origem, muitas delas tendo sobrevivido até 1930, ou além dessa data.

A Primeira Guerra Mundial desempenhou no Brasil, no setor da imigração, o papel de despertadora das atenções do governo para as diversas comunidades étnicas aqui estabelecidas. Uma onda de nacionalismo apoderou-se das autoridades constituídas. Com o grito de “perigo germânico”, lançado pela imprensa nacional, face às emoções e perigos que a guerra proporcionava ao Brasil, em virtude de ter-se o mesmo definido pela causa dos aliados, bem como o perigo que a eficiente organização da imigração alemã no Brasil poderia possivelmente proporcionar à segurança nacional, levou as autoridades à revisão das leis existentes sobre os estrangeiros (WACHOWICZ, 2002, p. 39).

Carlos Ficker lembra que o reformador da educação catarinense na primeira e na segunda décadas do Século XX, o Prof. Orestes Guimarães, quando veio de São Paulo para administrar o Colégio de Joinville, já em 1908, preocupava-se com a nacionalização, zelando pela contratação de professores, dentre eles “um especialmente destinado ao ensino simultâneo da língua portuguesa e alemã, visto assim ser necessário por se compor a matrícula de quase dois terços de crianças que primitivamente desconheciam o idioma pátrio” (FICKER, 1965, p. 382). O historiador joinvilense acrescenta parte de um relatório de inspeção da época:

“Hoje, é verdade, a matrícula é a metade de outros tempos, mas não é para desanimar, considerando que 2/3 dessa matrícula compõe-se de crianças de origem alemã, que gostosamente recebem todo o ensino em português, continuando, como é justo e útil, a aprenderem a língua de seus dignos antepassados” (Op. cit.).

Orestes Guimarães deixou como marca em Joinville o processo de nacionalização que ali introduziu a partir de 1911 nas escolas do Município, não proibindo o ensino em língua estrangeira – a alemã, no caso – pois propugnou pelo ensino ministrado de forma bilíngüe, em português e em alemão, simultaneamente.

Nacionalização em Santa Catarina – 2

A “Campanha de Nacionalização”, levada a efeito em todo o País pela Ditadura de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), alcançou em cheio o Estado de Santa Catarina com conseqüências negativas imediatas, principalmente nos municípios

localizados nas zonas de colonização. Entendendo que a influência estrangeira ameaçava a unidade nacional brasileira, o objetivo do Governo de Getúlio Vargas, na segunda metade da década de 1930, foi “nacionalizar” as populações consideradas “alienígenas”, compostas pelas minorias étnicas de imigrantes europeus, notadamente alemães e italianas, por ele consideradas nazistas e fascistas, uma vez que, estas, insistiam em manter as culturas de origem. Um desses “problemas”, para a segurança nacional, estava no sistema educacional, com a utilização de professores estrangeiros e o uso das línguas estrangeiras nas escolas.

O lageano Nereu Ramos assumiu o Poder Executivo Estadual a 1º de maio de 1935 e ficou no cargo até novembro de 1945, cabendo-lhe implementar a nacionalização no Estado. Enquanto Governador e Interventor, sempre foi prestigiado por Getúlio Vargas.

Quando a Campanha de Nacionalização recrutou elementos para o grupo de elite que deveria administrá-la, Nereu Ramos foi convocado por quatro motivos: visceralmente nacionalista, governava Santa Catarina, estava a par do momento político internacional onde o III Reich agressivamente atuava, herdeiro político de Vidal Ramos, que organizara a primeira reforma do ensino catarinense. E ainda fazia parte do grupo produtor de reformas políticas nacionais no interesse do Partido Democrático. E foi dali que chegou à Aliança Liberal e também à Revolução de 1930 (JAMUNDÁ, 1968, p. 17).

No controle educacional realizado pelos inspetores escolares, o que mais os interessava eram as zonas de colonização estrangeira e a tônica do discurso era o culto à nação. Além disso, deu-se a entronização de um conjunto simbólico como a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais. Em 1936, o inspetor escolar de Criciúma registrou a falta da Bandeira Nacional em todas as escolas que visitara. Nereu Ramos, Interventor federal, relatou que “zombando da fiscalização (os professores) não ministravam o ensino na língua vernácula”. Diante desta constatação, o governo estadual impôs maior rigor, pois, na sua opinião, as escolas estrangeiras eram focos de desnacionalização e de enfraquecimento dos sentimentos brasileiros⁴.

⁴ Cf. relatório apresentado pelo Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina, em outubro de 1938, ao Exmo. Sr. Presidente da República. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938, p. 17.

As medidas tomadas por Nereu Ramos dentro do processo de “nacionalização do ensino”, dez anos depois, ainda eram elogiadas pela equipe de governo do clã dos Ramos que, em 1949, continuava instalado no Palácio Catarinense. Leia-se esta parte do texto *A Educação em Santa Catarina*, publicada na *Revista do Globo*, de Porto Alegre, a 15/10/1949:

A consolidação desta grandiosa obra foi feita pelo próprio filho de Vidal Ramos, o sr. Nereu Ramos, quando então interventor do Estado de Santa Catarina durante o governo do dr. Getúlio Vargas. A luta que o sr. Nereu Ramos teve de enfrentar em nada ficou devendo à que seu pai tivera 25 anos antes, guardando sempre as proporções de tempo e espaço. Esta luta foi a da nacionalização do ensino.

Santa Catarina é o Estado do Brasil que apresenta a maior população de origem alemã. [...]. As únicas escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemãs, e onde se ensinava exclusivamente o alemão. Nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo...

Em menos de três anos o sr. Nereu Ramos liquidou com esta influência estrangeira no ensino nacionalizando completamente toda uma região, considerada por muitos como irrecuperável. Quase que de um só gesto fechou mais de 700 escolas de organização estrangeira (escolas paroquiais) ao mesmo tempo que abria outras tantas dirigidas por professores nacionais nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras (p. 53-55).

No Estado de Santa Catarina, em 1935, das 2.066 unidades escolares, 1.465 eram públicas e 610 (30%) eram particulares, onde estudavam 24% do alunado catarinense. No processo de nacionalização desencadeado pelo Estado Novo, as escolas desempenharam papel preponderante. Nas colônias e vilas formadas por imigrantes alemães as escolas foram alvo da fúria nacionalista. Com a Campanha de Nacionalização, oito anos depois, em 1943, de um total de 2.449 escolas no Estado de Santa Catarina, apenas 105 (4,29%) eram particulares e 2.344 eram públicas.

Para o comando da 5ª Região Militar, que englobava o Paraná e Santa Catarina, as escolas eram focos de orientação da doutrina nazista no Brasil. Tinha-se que o projeto germânico obtinha sucesso nas zonas de colonização alemã, usando como evidência a existência de associações esportivas, culturais, recreativas e de classe, além de escolas e de uma vida nitidamente germânica, frutos da propaganda alemã expansionista e da busca de perpetuação da cultura através do ensino da língua materna.

Tratava-se, segundo Góis Monteiro, de uma pátria alemã em território brasileiro. Como a construção de uma pátria engloba múltiplos aspectos da vida coletiva, Góis Monteiro vai enumerar uma série de providências sugeridas pelo comando da 5a. Região Militar, envolvendo a ação e atuação dos Ministérios da Guerra, da Educação, da Justiça e do Trabalho. (...). Sugere ainda a transferência ou criação de unidades do Exército nas zonas de maior influência estrangeira e, finalmente, uma investida para forçar a aprendizagem da nossa língua nos quartéis, só fazendo a desincorporação para aqueles que falassem e escrevessem o português com relativa facilidade (SCHWARTZMAN, BOMENY et COSTA, 1984).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha e a Itália, os alemães e o italianos, bem como os teuto-brasileiros e os ítalo-brasileiros catarinenses, passaram a sofrer na carne, muito mais do que antes, o revés pela manifestação anterior de apoio ao nazismo e ao fascismo. A resposta governamental, federal e estadual, pela campanha de nacionalização, atingiu todas as comunidades (alemãs, italianas, mais as polonesas e ucranianas) catarinenses e, assim, também as da Região do Contestado, aqui instaladas quando da colonização.

A Nacionalização no Contestado

Juntamente com as escolas particulares dos pioneiros, no Contestado, as escolas paroquiais – as católicas (alemãs, italianas e polonesas), as luteranas (alemãs) e as ortodoxas (ucranianas) – criadas pelas igrejas que atendiam os imigrantes, supriam a quase total ausência de unidades escolares públicas junto aos núcleos coloniais nos interiores dos municípios do Contestado.

Seguindo as diretrizes da legislação extraordinária federal, entre outras providências drásticas dirigidas à nacionalização, o Interventor Estadual em Santa Catarina, Nereu Ramos, determinou o fechamento de escolas particulares, as prefeituras interditaram as escolas primárias municipais subvencionadas, demitiram o respectivo professorado e as converteram em escolas municipais.

Esse decreto possibilitou ao Interventor fechar grande número de escolas particulares, e não permitir a abertura de outras. Nas áreas de colonização alemã do Estado, como foi o caso

do Vale do Rio do Peixe, tornava-se bastante difícil, para os responsáveis pelas escolas já em atividades, a obediência plena das normas exigidas no Decreto-lei nº 88. A mudança repentina de governo, que passou a controlar a educação através de decretos, com uma fiscalização rígida do ensino nas áreas coloniais, tornou impossível às escolas, o cumprimento, em curto prazo, das exigências legais. Com isso, várias foram as escolas comunitárias e particulares do Estado que tiveram de fechar suas portas, por não terem seus requerimentos de licença aprovados pela Secretaria do Interior e Justiça, ou mesmo por não conseguirem reunir as condições viáveis para requerer essa licença (CRUZ, 2000, p. 190).

A nacionalização do ensino induziu a uma destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica regional. Foram destruídos livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos daquele período. Esta destruição foi efetivada tanto pelos agentes oficiais, que estavam a serviço da Nacionalização, quanto pelos próprios imigrantes e seus descendentes teutos e ítalo-brasileiros, como uma atitude de auto-defesa. Da mesma forma, muitas comunidades, principalmente do meio rural, foram privadas de seu líder principal, o professor, e foram obrigadas a assistir à desestruturação da rede de organização comunitária. As escolas tidas como estrangeiras foram extintas definitivamente durante o denominado Estado Novo.

Os imigrantes teuto-brasileiros, em Porto União, tiveram uma presença singular em relação à implantação de escolas comunitárias e significativo é o fato de praticamente haverem extirpado o analfabetismo em seu meio, na década de 30. No entanto, esta história é desconhecida na História de Santa Catarina. Principalmente no período da nacionalização do ensino, quando se criou um silêncio sobre o assunto e muitas fontes foram destruídas para que não se desse continuidade ao ensino germânico. (...). (GRAUPMANN, 2003, p. 57).

Em caçador, tem-se o exemplo do “Ginásio Aurora”, principal casa de ensino do Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1930-40. O então considerado exemplar estabelecimento, pioneiro no ensino ginásial nesta parte do Estado, com internato, semi-internato e externato, havia sido criado no ano de 1934, por iniciativa de um casal italiano – Dante Mosconi e Albina Mosconi – até que, em 1938, pressionados pela proibição de dirigi-lo e perdendo as subvenções públicas, foram forçados a vendê-lo aos Irmãos Maristas (Cf. THOMÉ, 1993, p. 50).

No “Relatório” que apresenta ao Presidente da República, referente ao exercício de 1943, o interventor Nereu Ramos salienta que a administração estadual não descuidou da educação catarinense desde 1911, quando seu pai, Vidal Ramos lançou os fundamentos de uma grande reforma no mecanismo escolar de Santa Catarina, destacando:

“O fenômeno da nacionalização escolar vinha de longe, e agravado, no suceder dos anos, pela excessiva liberdade concedida ao ensino particular. Nas extensas zonas de colonização, as escolas provadas subiram à centenas, desenvolvendo-se à margem de qualquer característica de brasilidade, e custeadas pelo espírito associativo do colono, senão por governos estrangeiros”. Diante da “gravidade” que as escolas particulares representavam só havia uma solução: “Fechar as escolas de cunho desnacionalizante e substituí-las imediatamente por outras, diretamente mantidas pelo Estado”. As dificuldades financeiras do Estado aconselhavam a não fazer despesas imensas. Mas isso não foi considerado empecilho pelo interventor: “Não nos deixemos, entretanto, impressionar pela magnitude do problema educacional, a qual consagramos as nossos melhores atenções através de legislação incisiva, que permitiria o fechamento d’algumas centenas de unidades, cujo corpo discente se crava no desamor ao Brasil” (Apud: HEINSFELD, 2003).

A agressiva política de nacionalização do ensino desencadeou-se em Santa Catarina, na administração de Nereu Ramos, sob orientação dos órgãos federais (Cf. MONTEIRO, 1979), em 1938 e 1939, com a edição de decretos-leis, logo alcançando as administrações municipais, estas também sob intervenção. As escolas comunitárias e particulares foram fechadas e os professores não brasileiros foram proibidos de lecionar. O desmonte do aparato escolar criado pelos imigrantes foi imediato.

No Vale do Rio do Peixe o projeto nacionalizador, ao contrário de outras realizações, chegou rapidamente. Os interventores nos municípios eram pessoas perfeitamente identificadas com os objetivos governamentais e atenderam prontamente as ordens superiores relativas a nacionalização. A participação do poder público foi eficiente e aconteceu sem grandes choques. No entanto, o fechamento das escolas comunitárias e o afastamento dos professores escolhidos e estimados pelas comunidades provocaram reações negativas por parte da população (CRUZ, 2000, p. 186).

Em Canoinhas, onde a imigração e colonização polonesa era a mais acentuada na Região do Contestado, Fernando Tokarski, descendente de poloneses manifesta que

Quando o imigrante polaco começava a aprimorar o intelecto dos seus descendentes e ao mesmo tempo definitivamente adotava o Brasil como sua nova nação, injusta e inesperadamente surgiu o golpe da campanha de nacionalização. Executada sob a violência dos governantes e dos aparatos repressivos, a nacionalização desanimou os polacos e suprimiu lideranças momentâneas ou emergentes de tal modo que o ensino particular jamais retornou ao nível quantitativo e qualificativo anterior a 1938 (TOKARSKI, 2003, p. 101).

Sobre a situação na cidade de Cruzeiro (atual Joaçaba), à época separada de Herval (Campos Novos) apenas pelo curso do Rio do Peixe, Adelar Heisfeld conta que

com o advento do Estado Novo e com o início da Campanha de Nacionalização em 1938, aquilo que até então era exaltada, a presença do imigrante, passa a ser combatido de uma forma muito intensa. As medidas impositivas decorrentes do processo de nacionalização se fizeram sentir nas comunidades ao longo do Vale do Rio do Peixe que tiveram sua colonização fundamentada nos emigrantes de origem alemã e italiana. A campanha era executada em todos os níveis. Jornais da cidade de Cruzeiro reproduziam os discursos de Getúlio Vargas, engajados que estavam na campanha da nacionalização. Além de reproduzir os discursos do Presidente, atacavam violentamente os que não eram considerados “brasileiros” (HEISFELD, op. cit.).

Ainda antes da instituição do Estado Novo e, por conseguinte, da deflagração da campanha nacionalista, a imprensa do Município de Joaçaba já deixava clara a importância que a educação formal assumia para a efetivação da campanha de nacionalização. Os jornais locais apregoavam a necessidade do poder público se preocupar com a educação, como se lê em editorial:

Cuidemos com carinho da Instrução Publica. Ensinemos com desvelo aos filhos dos colonos. Mostremos a esses pequeninos entes, a grandeza da nossa pátria. Procuremos porem inculcar nesses homens de amanhã um civismo sadio – esta terra generosa que recebeu os seus pais, que os viu nascer – não os quer estrangeiros. É preciso que cada filho de colono aprenda a sentir conosco os ímpetos da nacionalidade. (*O Cruzeiro*, Joaçaba, ed. 9 nov. 1933, p. 4).

Na cidade de Caçador, a posição da imprensa pró-nacionalização não era diferente daquela desenvolvida em Cruzeiro. Pregava-se a brasilidade doutrinando os

leitores pela difusão de valores patrióticos, chamamentos cívicos e combate aos estrangeirismos. Atacava-se francamente os “quinta-coluna”⁵ No artigo “*Os maus brasileiros*” do jornal *A Imprensa*, de Caçador, lê-se:

Si toda a imprensa, como esse jornal, comprehendesse a importância do papel que lhe cabe na Campanha Nacionalizadora que vem se processando no país e cooperasse com as autoridades nesse sentido por certo que os maus brasileiros, que agem de acordo com os espões estrangeiros, tramando contra nossa integridade territorial, encontrariam um campo bem menos propício para suas nefastas atividades. O que o Brasil quer, para garantia dos seus princípios democráticos, é manter afastadas das suas fronteiras as doutrinas exóticas, venham elas d’onde vierem (*A Imprensa*, Caçador, 20 set. 1941, p. 2).

A imprensa regional não cansava de discutir e cobrar das autoridades a adoção de diferentes medidas, objetivando fazer com que todos falassem e escrevessem a língua nacional, inclusive os padres e pastores: “Entre as exigências, estava a nacionalização do clero, pois se dizia que por meio dele, além de entrarem no Brasil diferentes ideologias, havia o estímulo à manutenção da fala dos imigrantes” (RADIN, 2001, p. 156).

Conclusão

Somente agora, transcorridos pouco mais de meio século do tempo histórico da Campanha da Nacionalização, a pesquisa em História da Educação em Santa Catarina busca uma re-interpretação deste interessante fenômeno, importantíssimo para a compreensão do desenvolvimento do processo educativo na Região do Contestado, área que coincide com o Centro-Oeste do Estado, onde, até 1917, a administração era dividida com o Paraná.

⁵ “O ‘Quinta-Coluna’ é um indivíduo que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, concorre para o fortalecimento dos inimigos da pátria, por seus atos, até mesmo aparentemente inocentes, encorajando-os ao desrespeito às autoridades constituídas, concorrendo para criar a desconfiança entre as classes sociais, incrementando, dessarte, a anormalidade e o desgaste no esforço de guerra da nação” (RIBAS, 1944, p. 190).

A análise do fenômeno da “nacionalização”, na sua universalidade de abrangência nacional-federal, é que promove a assimilação dos fatos no nível estadual e a sua singularidade no âmbito regional, alcançando as esferas municipais. Os estudos teóricos acerca dos temários envolventes, de nacionalismo, civilidade e ideologias, são fundamentais para o entendimento da inserção dos atos administrativos, considerados sempre legais, mas nem sempre legítimos e quase nunca morais, na Educação Escolar.

Aqui, abordamos, ainda que superficialmente, procedimentos oficiais contra as escolas primárias alemãs, ucranianas, polonesas e italianas, elas que preenchiam a lacuna do ensino público e, seu fechamento, aliado às outras medidas impostas pela campanha de nacionalização, foi prejudicial ao desenvolvimento regional, onde a comunidade teuto-brasileira representou, no período estudado, mais de vinte por cento do seu contingente populacional.

Santa Catarina era o Estado que apresentava, proporcionalmente, a maior população de origem alemã no Brasil. Nas regiões que receberam imigrantes germânicos, muitas das escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães e, onde se ensinava exclusivamente a língua alemã; nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo. Em menos de três anos o Interventor Estadual, Nereu Ramos, liquidou com esta influência estrangeira no ensino, nacionalizando completamente municípios de várias regiões, consideradas por muitos como “irrecuperáveis”. Quase que de um só gesto, fechou mais de setecentas escolas de organização estrangeira (escolas particulares e paroquiais) ao mesmo tempo em que criou outras tantas, para serem dirigidas por professores nacionais, nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras, só que nem todas vieram a funcionar, por falta de professores-brasileiros habilitados e de recursos públicos, materiais e financeiros, para sua manutenção.

A experiência das escolas étnicas, que pode ser considerada ímpar na história do Brasil, foi cortada pela política da nacionalização. Lemke (1992) analisou as escolas luteranas no Paraná e afirma que o processo de nacionalização do ensino teve um resultado trágico em nível nacional: resultou em quase uma geração de analfabetos e mais, os quase 100% de egressos pouco sabiam além de escrever o nome, não falavam corretamente nem em português nem em alemão (LEMKE, 1992. *Apud* RENK, 2004, p. 121).

Transcorridos pouco mais de sessenta anos, nos municípios da Região do Contestado, a “Campanha de Nacionalização”, em seus dois momentos, tal como a “Guerra do Contestado”, têm sido tabu e tema de não muito fácil acesso para a ciência, pois que, ambos os movimentos vieram e envergonhar substanciais parcelas da população regional, cada qual dentro das suas características, o primeiro, atingindo os caboclos luso-brasileiros, depois tidos como bandidos e malfeitores e, o segundo, alcançando os imigrantes europeus, que sobreviveram com a pecha de estrangeiros, quando não inimigos da Pátria.

Bibliografia

A Educação em Santa Catarina. *Revista do Globo*. Porto Alegre: ano XXI, n. 493, 15 outubro 1949.

AMARAL, Aggeô Pereira do. São Paulo. *Revista Educação*. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo: abril/maio 1932, v. VII, n. 4-5.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos**. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975,

BEZERRA NETO, Luiz. **A luta pela escola pública rural na primeira metade do século XX e suas articulações com o ruralismo pedagógico**. Campinas: UNICAMP, 2002. (Texto preliminar para qualificação de Tese em Doutorado em Educação). (Mimeografado).

BOLOGNINI, Carmen Zink, PAYER, Maria Onice. **Línguas Estrangeiras, Línguas de Imigrantes**. In: Fala Brasil. 4 maio 2005. Disponível em <<http://brasil-brasil.com/content/view/393>> Acesso em 4 setembro 2005.

COHEN, Ester. **O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (mimeo.). (Dissertação de Mestrado em História).

CRUZ, Ecleides de Fátima Bleichuvel. **Dois Instituições e um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina – 1917-1945**. Porto Alegre: PUC/RS, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: UCS/Lunardelli, 1983.

DE BONI, Luiz Alberto e COSTA, Rovilio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: UCS, 1984.

Editorial. *O Cruzeiro*, Joaçaba, ed. 9 nov. 1933.

FICKER, Carlos. **História de Joinville. Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca.** 2 ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis / Tubarão: UFSC, Unisul, 2003, 258 p.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão.** Porto Alegre: UFRGS, 1997.

GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. **A Prática Pedagógica na Escola Católica Alemã de São Miguel da Serra – Porto União, SC: 1920 a 1934.** Caçador: UnC, 2003. (Dissertação de Mestrado).

HEINSFELD, Adelar. **O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba SC.** In: Anais do III Jornada do HISTEDBR – Região Sudeste – Americana SP. ISBN 85-85091-50-X. Campinas: FE/Unicamp/Histedbr, 2003.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos. O da hora da reconstrução nacional.** Florianópolis: UFSC, 1968.

KLUG, João. **A Escola Alemã em Santa Catarina.** In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República.* Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 141-155.

KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã. O Professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração.** São Paulo: PUC, 1985. (Tese de Doutorado em Educação).

MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: o Estado Novo e a Igreja Luterana Sínodo de Missouri.** Disponível em: <www.anpuhes.hpg.ig.com.br/sergio4.htm>. Acesso em 12 julho 2003.

MULLER, Telmo. **A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica.** In: MULLER, Telmo (org.) *Nacionalização e imigração alemã.* Anais do X Simpósio da Imigração e Colonização Alemãs. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia L. **O Brasil do Imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Os Maus Brasileiros. *A Imprensa,* Caçador (SC), ed. 20 set. 1941.

OTTO, Clarícia. **As Escolas Italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos.** In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República.* Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 105-114.

PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade.** Campinas: UNICAMP / IEL, 1999. (Tese de Doutorado).

PY, Aurélio da Silva. **5ª Coluna no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul.** 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.** 2 ed. Joaçaba: Unoesc, 2001.

RENK, Valquíria Elita. **A Educação dos Imigrantes Alemães Católicos em Curitiba.** Col. Educação: Galha Azul 2. Curitiba: Ed. Champagnat, 2004. 127 p.

RODRIGUES, Francisca Pereira. **O Braço Estrangeiro.** In: I Congresso Brasileiro de Ensino Rural. São Paulo: 1937 (Mimeografado).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar.** 17 ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

RIBAS, Antonio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil.** 2 ed. Florianópolis: Delegacia de Ordem Polícia e Social de Santa Catarina / Imprensa oficial, 1944.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, Migração e a Questão Racial no Brasil.** Rio: UFRJ. Disponível em < <http://www.usp.br/revistausp/n53/giralda.html>>. [Acesso em 2005].

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Col. Estudos Brasileiros; v. 18. São Paulo / Rio: EDUSP / Paz e Terra, 1984.

THOMÉ, Nilson. **Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado.** Caçador: UnC/ Museu do Contestado, 2002.

THOMÉ, Nilson. **Colégio Aurora. Uma Visão Histórica.** Caçador: Prefeitura Municipal, 1993.

TOKARSKI, Fernando. **Andar na Aula: uma salvaguarda do polonismo.** In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República.* Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 101.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil.** Col. Galha Azul. Curitiba: Champagnat, 2002.

TEXTO INTRODUTÓRIO

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO CONTESTADO, CENTRO-OESTE DE SANTA CATARINA, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nilson Thomé

No Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, ao Leste do Rio do Peixe e entre os rios Iguaçu e Uruguai, localiza-se a “Região do Contestado” que, entre 1913 e 1916, foi cenário da Guerra do Contestado. Ela faz parte de área maior, que antigamente se estendia ao Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina, constituindo o “Território Contestado”, assim conhecido até 1917, quando da solução final dada à questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

No final do século XIX e nos primeiros anos do Século XX, começaram a chegar ao Setor Setentrional do Contestado, na área administrada pelo Paraná, as primeiras levas de imigrantes, resultado dos planos paranaenses de colonização, compostas principalmente de alemães, russos, poloneses, ucranianos e alguns italianos, austríacos e suíços.

Terminada a Guerra do Contestado, já em 1917, depois da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), os catarinenses incorporaram a área do Território Contestado havida do Paraná e nela criaram os municípios de Mafra (ao sul de Rio Negro-PR) e de Porto União (ao sul de União da Vitória-PR) no interior do Contestado, de Cruzeiro (depois Joaçaba) no Meio-Oeste e à direita do Rio do Peixe e, de Chapecó, no Extremo-Oeste (ao sul de Palmas-PR), fazendo fronteira com a Argentina. Com o domínio das terras novas, o Governo Catarinense passou a incentivar planos de colonização, em parceria com a iniciativa privada, promovendo a vinda de maiores levas de imigrantes. A partir de 1918, a Cia. Estrada de Ferro começou a transferir a empresários colonizadores, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, as terras

que recebeu da União por conta da construção da ferrovia, parte delas demarcadas no Planalto Norte e ao longo das margens do Rio do Peixe.

O afluxo de imigração para as colônias do Vale do Rio do Peixe cresceu muito, a maioria com imigrantes europeus e descendentes de imigrantes egressos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, do Sul do Paraná e do Sul e Norte/Nordeste de Santa Catarina. Foram estas levas humanas que desbravaram as florestas e começaram a gerar riquezas. Ao longo das diversas linhas (travessões ou caminhos rurais) construíram capelas e abriram escolas primárias. Além da exploração da erva-mate e das madeiras de pinho e de lei, implantaram culturas agrícolas e, na pecuária, desenvolveram a suinocultura. Em seguida, ergueram os primeiros moinhos, motivando também a cultura do trigo. Elas se estabeleceram com coragem e determinação, fazendo surgir pequenos lugarejos, com selarias, alfaiatarias, oficinas de consertos e fabricação de ferramentas, hospedarias e hotéis, casas de comércio, serrarias e novos moinhos.

Com relação à implantação do ensino na Região do Contestado, observamos que, durante o Império verificou-se a dominação da educação escolar e da alfabetização pelas oligarquias catarinenses e paranaenses, fenômeno que se estendeu pela República Velha, sendo algumas das suas características: a manutenção de pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico; nenhum indício de intenção de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial, como era a vocação regional na época; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escolas e de professores com pouco ou nenhum critério técnico e seguindo indicações políticas; e manutenção proposital da população adulta no analfabetismo absoluto.

No final da primeira metade do século XX – notadamente no período entre 1938 e 1945 – as línguas estrangeiras européias foram proibidas no Sul do Brasil, principalmente a alemã, quando da execução do plano nacional-populista do Governo Vargas, que desenvolveu a “Campanha de Nacionalização”, alcançando diretamente as comunidades alemãs e teuto-brasileiras, italianas e ítalo-brasileiras nos Estados sulistas, com a repressão ao uso das línguas estrangeiras nas escolas, especialmente a germânica.

Interessa muito à geração atual saber as razões da repressão à utilização das línguas estrangeiras mencionadas, durante o Estado Novo, uma vez que, não tivesse isso acontecido naquele tempo, possivelmente viveríamos outra realidade nas relações internacionais atuais. Os fenômenos associados de Imigração-Colonização-Nacionalização, no Rio Grande do Sul, vêm sendo estudados há mais tempo. Só recentemente, em Santa Catarina, o fato histórico começou a ser pesquisado com maior profundidade, porém, com os estudos acadêmicos concentrados mais nas colônias germânicas conhecidas da Serra-Abaixo, como as de Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul, ignorando-se a presença alemã e a ocorrência do mesmo fenômeno no interior do Estado, na Serra-Acima. O presente estudo busca uma re-interpretação deste interessante tema, historicamente conhecido como “nacionalização do ensino”, para possibilitar a compreensão do acontecimento também na Região do Contestado, fato até aqui praticamente ignorado na História Regional da Educação, inserindo-o no contexto dos estudos históricos educacionais catarinenses.

A análise do fenômeno da “nacionalização”, na sua universalidade de abrangência nacional-federal, é que promove a assimilação dos fatos no nível estadual e a sua singularidade no âmbito regional, alcançando as esferas municipais. Os estudos teóricos acerca dos temários envolventes, de nacionalismo, civilidade e ideologias, são fundamentais para o entendimento da inserção dos atos administrativos, considerados sempre legais, mas nem sempre legítimos e quase nunca morais, na Educação Escolar.

Neste artigo, abordamos, ainda que superficialmente, procedimentos oficiais contra as escolas primárias alemãs, ucranianas, polonesas e italianas, elas que preenchiam a lacuna do ensino público e, seu fechamento, aliado às outras medidas impostas pela campanha de nacionalização, foi prejudicial ao desenvolvimento regional, onde a comunidade teuto-brasileira representou, no período estudado, mais de vinte por cento do seu contingente populacional.

Santa Catarina era o Estado que apresentava, proporcionalmente, a maior população de origem alemã no Brasil. Nas regiões que receberam imigrantes germânicos, muitas das escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães e, onde se ensinava exclusivamente a língua alemã; nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo. Em menos

de três anos o Interventor Estadual, Nereu Ramos, liquidou com esta influência estrangeira no ensino, nacionalizando completamente municípios de várias regiões, consideradas por muitos como “irrecuperáveis”. Quase que de um só gesto, fechou mais de setecentas escolas de organização estrangeira (escolas particulares e paroquiais) ao mesmo tempo em que criou outras tantas, para serem dirigidas por professores nacionais, nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras, só que nem todas vieram a funcionar, por falta de professores-brasileiros habilitados e de recursos públicos, materiais e financeiros, para sua manutenção.

Transcorridos pouco mais de sessenta anos, nos municípios da Região do Contestado, a “Campanha de Nacionalização”, em seus dois momentos, tal como a “Guerra do Contestado”, têm sido tabu e tema de não muito fácil acesso para a ciência, pois que, ambos os movimentos vieram e envergonhar substanciais parcelas da população regional, cada qual dentro das suas características, o primeiro, atingindo os caboclos luso-brasileiros, depois tidos como bandidos e malfeitores e, o segundo, alcançando os imigrantes europeus, que sobreviveram com a pecha de estrangeiros, quando não inimigos da Pátria.

VERBETES

**A Nacionalização do Ensino no Contestado,
Centro-Oeste de Santa Catarina, na Primeira Metade do Século XX**

REFERÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS

ALBERSHEIM, Úrsula. **Uma Comunidade Teuto-Brasileira – Jarim**. Col. O Brasil Provinciano. Rio: INEP, 1962. 228 p.

AQUINO, Ivo d'. **Nacionalização do Ensino**. Aspectos Políticos. Florianópolis: Imprensa oficial, 1942.

BOLOGNINI, Carmen Zink, PAYER, Maria Onice. **Línguas Estrangeiras, Línguas de Imigrantes**. In: Fala Brasil. 4 maio 2005. Disponível em <<http://brasil-brasil.com/content/view/393>> Acesso em 4 setembro 2005.

BRUHNS, Katianne. **Espaços de Sociabilidade e o Idioma (A Campanha de Nacionalização em Joinville)**. Florianópolis: UFSC, 1997. 134 p. (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1997, 236 p.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos: UF, 1993. 138 p. ((Dissertação de Mestrado).

CRUZ, Ecleides de Fátima Bleichuvel. **Dois Instituições e um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina – 1917-1945**. Porto Alegre: PUC/RS, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. 2 ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino – Aspecto Político**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942, 184 p.

FICKER, Carlos. **História de Joinville. Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca**. 2 ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão.** Porto Alegre: UFRGS, 1991.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos. O da hora da reconstrução nacional.** Florianópolis: UFSC, 1968, 108 p.

GOLFETO, N. V. **Imigração, nacionalismo e Educação: a Transição da Escola Comunitária para a Pública no Rio Grande do Sul.** Santa Maria: UFSM, 1994. (Dissertação de Mestrado).

GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. **A Prática Pedagógica na Escola Católica Alemã de São Miguel da Serra – Porto União, SC: 1920 a 1934.** Caçador: UnC, 2003. 88 p. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Orestes. **Nacionalização do Ensino Primário.** Blumenau: Typographia Carl Wahle, 1929.

HEINSFELD, Adelar. **O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba SC.** In: Anais do III Jornada do HISTEDBR – Região Sudeste – Americana SP. ISBN 85-85091-50-X. Campinas: FE/Unicamp/Histedbr, 2003.

KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã. O Professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração.** São Paulo: PUC, 1985. (Tese de Doutorado em Educação).

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã.** Porto Alegre / Florianópolis / Caxias do Sul: UFRGS / UFSC / EDUCS, 1991.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **Português na escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática.** Itajaí/Blumenau: Univali/Edifurb, 2000, 234 p.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil.** Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998, 258 p.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino. Uma contribuição à História da Educação.** Florianópolis: UFSC, 1984. 114 p.

MULLER, Telmo (org.) **Nacionalização e Imigração Alemã.** Anais do X Simpósio da Imigração e Colonização Alemãs. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí.** Rio: Biblioteca Militar, 1947. 137 p.

OLIVEIRA, Lúcia L. **O Brasil do Imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade.** Campinas: UNICAMP / IEL, 1999. (Tese de Doutorado).
- PY, Aurélio da Silva. **5ª Coluna no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul.** 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1942.
- RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.** 2 ed. Joaçaba: Unoesc, 2001.
- RAMBO, A. B. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- RIBAS, Antonio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil.** 2 ed. Florianópolis: Delegacia de Ordem Polícia e Social de Santa Catarina / Imprensa oficial, 1944.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar.** 17 ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SEYFERTTH, GIRALDA. **A Colonização Alemã do Vale do Itajaí-Mirim. Um Estudo de Desenvolvimento Econômico.** Porto Alegre: Movimento, 1974. 160 p.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o étnico Teuto-Brasileiro numa comunidade no Vale do Itajaí.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Col. Estudos Brasileiros; v. 18. São Paulo / Rio: EDUSP / Paz e Terra, 1984.
- THOMÉ, Nilson. **A Valorização da Escola Pública pela Nacionalização das Escolas Alemãs na Região do Contestado em Santa Catarina.** In CD-Room “Anais do VI Seminário Nacional do HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil”, promoção UNICAMP e Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú, de 10 a 14 de novembro de 2003. Campinas: Graf. FE. HISTEDBR. UNICAMP, 2003.
- THOMÉ, Nilson. **Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado.** Caçador: UnC/ Museu do Contestado, 2002.
- THOMÉ, Nilson. **História da Imigração Italiana em Caçador.** 2 ed. Caçador: UnC, 1993.
- THOMÉ, Nilson. **Colégio Aurora. Uma Visão Histórica.** Caçador: Prefeitura Municipal, 1993.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil.** Col. Galha Azul. Curitiba: Champagnat, 2002.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Legislação Federal:

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. São Paulo; Saraiva, 1940. 56 p.

BRASIL. **Constituição de 1937**. São Paulo: Saraiva, 1940. 58 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406**, de 4 de maio de 1938. Conhecida como “Lei da Nacionalização”. Exige o ensino em língua nacional. Proíbe a circulação de revistas e livros em língua estrangeira. Decreta o fechamento das escolas estrangeiras no país. In: Lex-Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex, 1938.

BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938.

BRASIL. Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938.

BRASIL. **Lei nº 7.614**, de 12 de dezembro de 1938. Determina às escolas a instrução primária exclusivamente em língua portuguesa.

BRASIL. **Decreto nº 1.545**, de 15 de agosto de 1939. Instrui os Secretários Estaduais de Educação para a construção de escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira. Determina o estímulo do patriotismo. In: Lex-Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex, 1939.

BRASIL. **Decreto nº 1.006**, de 10 de dezembro de 1939. Censura federal sobre o material didático e livros escolares.

BRASIL. **Decreto nº 2.072**, de 8 de março de 1940. Cria a Juventude Brasileira. Estimula a Educação Física e o ensino de História e Geografia.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Institui a chamada “Reforma Capanema” na Educação Brasileira, com alterações no Ensino Secundário.

Legislação Estadual de Santa Catarina:

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 88**, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. In: **Coleção de decretos, leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 269 p.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 35**, de 13 de janeiro de 1938, que proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos de populações que se criarem e nos

estabelecimentos escolares que recebam auxílio, ou favor, do estado e dos Municípios. In: **Coleção de decretos-leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 263 p.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 124**, de 18 de junho de 1938, que cria a Inspeção Geral das Escolas Particulares e nacionalização do Ensino. In: **Coleção de decretos-leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 263 p.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 142**, de 20 de julho de 1938, que dispõe sobre sociedades escolares. In: **Coleção de decretos-leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939. 272 p.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 301**, de 24 de fevereiro de 1939, que estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro do censo escolar. In: **Coleção de decretos-leis de 1939**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939. 272 p.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1300**, de 12 de novembro de 1919. In: **Coleção de Decretos, leis, portarias de 1919**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1919. v. 1.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 713**, de 5 de janeiro de 1935. In: **Coleção de Leis, decretos, resoluções, portarias de 1935**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1935. 613 p.

SANTA CATARINA. **Decreto-lei nº 295**, de 4 de fevereiro de 1939. In: **Coleção de decretos-leis de 1939**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939. 272 p.

SANTA CATARINA. **Resolução nº 4.036**, de 11 de julho de 1938. In: **Diário Oficial nº 1249**, de 11 de julho de 1938.

SANTA CATARINA. **Resolução nº 4.082**, In: **Diário Oficial nº 1253**, de 15 de julho de 1938.

SANTA CATARINA. **Resolução nº 3.804**, de 15 a 29 de abril de 1938. In: **Diário Oficial nº 1194**, de 29 de abril de 1938.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.755**, de 11 de setembro de 1942. In: **Diário Oficial nº 2338**, de 1 de setembro de 1942. 445 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1935**. Florianópolis: 1936. 166 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1936**. Florianópolis: 1936. 186 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1937**. Florianópolis: 1938. 163 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1938**. Florianópolis: 1939. 542 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1939**. Florianópolis: 1940. 531 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. **Relatório de 1940**. Florianópolis: 1941. 559 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1937**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 159 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939. 166 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1939**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940. 201 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1940**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1941. 226 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1941**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942. 228 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1942**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1943. 237 p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Relatório de 1943**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944. 230 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Inspeção das escolas particulares e nacionalização do ensino. **Relatório de 1938**. Florianópolis: 1938. 83 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação. Inspeção das escolas particulares e nacionalização do ensino. **Relatório de 1939**. Florianópolis: 1939. 96 p.

SANTA CATARINA. Inspeção de Instrução Pública. **Regulamento Geral da Instrução Pública**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1914. 59 p.